SERTÃO Fronteira do Medo

Socorro Ferraz e Bartira Ferraz Barbosa, Ed. da UFPE, 2015, Recife, p. 283
ISBN 978-85-415-0716-5

Anne-Marie Pessis¹

annepessis@gmail.com / <https://orcid.org/0000-0002-0925-7617>

Esta obra é o resultado de pesquisas históricas e arqueológicas a partir de fontes primárias e projetos realizados pelas autoras em décadas passadas. Entre eles, o Projeto Itaparica de Salvamento Arqueológico e Histórico, UFPE-CHESF, na década de 1980, o Projeto Opara, UFPE-CHESF, a partir de 2010 e o Projeto de Integração do Rio São Francisco com as bacias hidrográficas do Nordeste do Brasil iniciado em 2012. Foram também

170

¹ Programa de Pós-graduação em Arqueologia, UFPE.

incluídos resultados do projeto Rotas Afro-indígenas no Pernambuco Colonial, numa colaboração entre a Universidade Federal de Pernambuco e a Universidade de Barcelona. Essas pesquisas abordam o debate sobre a presença indígena nos sertões nordestinos desde tempos pré-históricos aos coloniais, analisando as ocupações, a dominação imposta pelo discurso, pelas leis e normativas, assim como pela vigilância e pelo medo.

O livro trata principalmente de acontecimentos que tiveram lugar na região sertaneja do São Francisco e de suas relações com outras regiões quando os fatos o exigiram. Sobre o Sertão de Pernambuco poucos estudos foram publicados, comparativamente ao número de obras que se ocuparam da região do litoral e da mata. As obras mais conhecidas não esgotam informações sobre as populações indígenas relativas à ocupação portuguesa e ao desenvolvimento socioeconômico dos séculos XVI ao XIX.

As pesquisas abrangem desde a chegada dos colonizadores à região do Médio São Francisco, habitada por populações indígenas, com as tensas relações estabelecidas entre eles, os nativos e as ordens religiosas que se implantaram no Sertão de Pernambuco, entre os séculos XVII e XVIII. São mapas e documentos desse período que refletem a perspectiva diferente dos europeus e dos indígenas. O encontro desses grupos provoca um choque cultural devastador, como consequência das origens e dos valores, sobre os quais as relações foram construídas.

Quando os portugueses atingiram as costas do Brasil seu objetivo era a obtenção de riquezas. Para isso dispunham de dispositivos técnicos de destruição física e ideológica. Segundo os textos do século XVI, concretamente na Carta de Pero Vaz de Caminha ao Rey dando conta do descobrimento do Brasil, os portugueses foram recebidos sem desconfiança pelos indígenas do primeiro contato, mas os europeus interpretaram as diferenças culturais com dogmatismo etnocêntrico e consideradas um estágio evolutivo inferior. Os excessos desses encontros foram de tal magnitude que deu lugar a uma sucessão de desencontros de poder, de violência e extermínio. Os textos da época foram escritos por homens de cultura dogmática de cunho religioso. As descrições do indígena oferecem muito frequentemente uma imagem de bestialidade que configuraram e difundiram a presença distorcida do indígena, que gera a marca do medo. Como sustentam as autoras do livro, o medo como fenômeno social, produzido pelas relações de poder.

172

O Sertão designa um espaço geográfico vasto, maior que a área mantida pelo sistema colonial português na costa do Brasil. Trata-se de um espaço representado pela cartografia como um território despovoado, como um lugar desconhecido ao oeste das terras brasileiras. O Sertão nos tempos coloniais, constituía uma fronteira física e ao mesmo tempo imaginária para as populações do litoral. Os espaços indígenas, constituintes da paisagem do nordeste pré-histórico, estavam dotados de dimensões simbólicas tão importantes quanto as dimensões políticas, econômicas e culturais que os europeus, invasores, construíram no novo continente ocupando o seu espaço. Duas considerações são destacadas pelas autoras: a natureza e a

paisagem, a segunda entendida como as relações entre o homem e a natureza, relações tão diferentes entre a bagagem cultural de colonizadores e colonizados.

Uma parte importante do livro está dedicada às imagens, os mapas e à iconografia realizada no início da colonização, junto aos textos que informam e justificam de maneira diversificada o acontecido segundo a perspectiva dos invasores, dos religiosos e dos indígenas. Os colonizadores utilizam o termo Sertão para designar terras agrestes, distantes de aglomerados urbanos. Este conceito era desconhecido dos índios, que transitavam em espaços geográficos diversos, levados por suas necessidades e suas tradições. Existe numerosa iconografia e cartografia sobre as tribos do Sertão do São Francisco que foram segregadas a partir das informações gerais sobre o Brasil. As descrições feitas pelos relatos dos europeus sob o estereotipo dos grupos indígenas oferecem uma imagem de selvajaria que configura um perfil que justificaria a dominação ou o extermínio.

173

As normas jurídicas da colonização estimulavam a ocupação das terras descobertas. Com a intervenção de Portugal surgem as primeiras exigências burocráticas limitantes da ocupação das terras. Uma Carta Régia de 1669 torna obrigatório o pagamento do foro, gerando o primeiro medo fiscal. A legislação torna-se rigorosa sobre o aproveitamento da terra. Sua extensão foi diminuindo paulatinamente e, caso não fosse utilizada economicamente num prazo de cinco anos, seria considerada terra devoluta. As medições sempre utilizaram limites naturais facilitando a incorporação de grandes quantidades de terras aos novos donos.

Desde que o governo português decide organizar a colonização com a implantação dos engenhos de cana de açúcar, a questão da terra e da mão de obra torna-se principal. Junto com esta decisão se separam os índios de suas famílias, do seu habitat e de suas crenças.

O lado mais original do ensaio dá nome ao título do livro *Sertão: Fronteira do Medo*. O Medo como sujeito, nome próprio sempre presente nas relações entre conquistadores e conquistados, leia-se invasores e invadidos, representa também o confronto entre o poder central e os colonos, os privilegiados proprietários das terras concedidas pela Coroa Portuguesa e os camponeses sem terra, as poderosas ordens religiosas e o clero secular, os coronéis e os cidadãos de a pé. A história dos sertões nordestinos é um relato baseado no medo e na mútua desconfiança entre as diversas hierarquias dos súditos do Rei de Portugal.